

Fuvest e Enem-USP: confira a lista de aprovados em 2ª chamada

Quem busca uma vaga na USP e participou do vestibular da Fuvest ou do processo seletivo Enem-USP pode conferir a lista de aprovados em segunda chamada, que foi divulgada hoje. A lista da Fuvest está disponível neste link. Para ver os aprovados do Enem-USP clique aqui.

Nos dois casos, quem tiver o nome em alguma das listas, deve realizar a matrícula em duas etapas virtuais para garantir a vaga: pré-matrícula e efetivação. A pré-matrícula virtual deve ser realizada entre as 8h de 4 de fevereiro e as 12h de 6 de fevereiro, e dependerá do preenchimento do formulário de matrícula no Sistema USP, clicando aqui e selecionando no campo

"Forma de Ingresso" a opção Fuvest ou Enem-USP, conforme a lista em que foi aprovado. A efetivação da matrícula virtual ocorrerá entre as 8h de 23 de fevereiro e as 12h de 25 de fevereiro.

Os documentos que deverão ser providenciados para matrícula, em formato eletrônico (.pdf, jpg, png, gif), são os seguintes:

Documento de identidade oficial:

Uma fotografia recente;

Certificado de conclusão de curso do ensino médio ou equivalente a esse nível de ensino e respectivo histórico escolar;

Diploma do ensino médio

ou equivalente a esse nível de ensino e respectivo histórico escolar;

Para já formados no ensino superior, diploma oficial devidamente registrado de curso superior e, somente caso concorrendo às vagas EP ou PPI, histórico escolar do ensino médio ou equivalente a esse nível de ensino.

Os estudantes pretos e par-

dos que optarem por concorrer às vagas PPI poderão ser chamados a confirmar sua autodeclaração étnico-racial, em sessão virtual com a Comissão de Heteroidentificação.

Mais informações sobre a

matrícula estão disponíveis no

Guiado Jornada do Vestibular

da Fuvest 2026, no caso de in-

gresso pela Fuvest, e na resolu-

ção do Enem-USP.

Os estudantes pretos e par-

dos que optarem por concorrer às vagas PPI poderão ser chamados a confirmar sua autodeclaração étnico-racial, em sessão virtual com a Comissão de Heteroidentificação.

As quelas não constarem

na segunda lista devem ficar

atentos à terceira chamada de

aprovados, que será divulgada

em 10 de fevereiro. Há, também,

a possibilidade de os candida-

tos manifestarem interesse na

Lista de Espera, que receberá o

nome dos interessados nos dias

19 e 20 de fevereiro. Serão realiza-

das três convocações a parti-

da desta lista para ocupar as

vagas remanescentes.

Para fazer a pré-matrícula vir-

tal clique aqui. Mais informa-

ções no site da Fuvest ou do

Enem-USP. (Governo de SP)

Emissões da primeira CNH chegam a 298,5 mil após Lula afrouxar regras, com São Paulo na liderança

O número de emissões da primeira CNH (Carteira Nacional de Habilitação) chegou a 298,5 mil depois das mudanças de regras que flexibilizaram a obtenção do documento, disse o Ministério dos Transportes na segunda-feira (2).

Além disso, o número de pessoas que deu entrada para ter a primeira habilitação teve um aumento de 360% na comparação do documento, disse o Ministério dos Transportes na segunda-feira (2).

No mesmo período, o Minis-

terio dos Transportes também

informou que houve uma alta de 32%

no número de pessoas que

concluiu os exames teóricos, de 171.232 para 225.462. Já as provas práticas aumentaram 11%, passan-

do de 291 mil aplicações em janei-

ro de 2025 para 323 mil aplicações

no mesmo mês desse ano.

O novo formato para emitir a

CNH foi regulamentado pelo

presidente Luiz Inácio Lula da

Silva (PT) em dezembro de 2025.

Uma das principais mudanças

foi o fim da obrigação de fre-

quentar a autoescola para ob-

ter o documento, além da redu-

ção do número de hora-aulas

práticas de 20 para 2.

As modificações foram uma

aposta do governo para desbu-

rocratizar e baratear o processo,

em mais uma ação que mira clas-

ses mais baixas e a classe média

em ano eleitoral.

Segundo o ministro dos

Transportes, Renan Filho (MDB),

antes da flexibilização, o custo

para tirar a carteira variava entre

R\$ 3.000 e R\$ 4.000, a depender

do estado. (Folhapress)

Governo abre inscrições para levar empresas paulistas de turismo à ITB Berlim pelo SP Connection

O Governo de São Paulo está com inscrições abertas até 9 de fevereiro para empresas e instituições do setor de turismo do estado de São Paulo interessa das em participar da missão internacional à ITB Berlim 2026, uma das maiores e mais relevantes feiras de turismo do mundo.

A iniciativa integra o SP Connection, parceria entre a Secretaria de Estado de Turismo e Vias-

gens e a InvestSP, agência de pro-

mocão de investimentos vincula-

da Secretaria de Desenvolvi-

miento Econômico, programa voltado

à internacionalização e à promo-

ção do turismo paulista em mer-

cados estrangeiros.

A missão acontece de 3 a 5

de março de 2026, na Alemanha,

com participação na feira, além de

agendas de negócios, reuniões

estratégicas e visitas técnicas organizadas

Foto: Divulgação



A missão acontece de 3 a 5 de março de 2026, na Alemanha, com

participação na feira, além de agendas de negócios, reuniões

estratégicas e visitas técnicas organizadas

talecer a presença de São Paulo

no mercado europeu, promovendo destinos, serviços e empreendimentos turísticos do

estado de São Paulo.

Além da visibilidade interna-

cional, a missão busca gerar novas oportunidades de ne-

gócios, parcerias e investi-

mentos, contribuindo para a

consolidação de São Paulo

como destino competitivo,

inovador e alinhado às ten-

dências globais de sustentabi-

dade e tecnologia.

Quem pode participar

Podem se inscrever empre-

sas e instituições com sede ou

atuação no Estado de São Pau-

lo que atuem no setor de turis-

mo.

Serão selecionadas até 15

organizações, com direito a um

representante por empresa/ins-

tituição.

Apoio e reembolso de despesas

Cada empresa será responsá-

vel por sua logística de viagem,

mas poderá solicitar reembolso de

até 50% das despesas elegíveis,

limitado a US\$ 3.000 por partici-

pante. Entre os items passíveis de

reembolso estão:

- Passagens aéreas internaci-

- onais (classe econômica)

- Hospedagem

- Seguro-viagem

- Credencial/ingresso para a feira

A InvestSP também fará o

acompanhamento da delegação,

apoio na preparação para a mis-

são, capacitação prévia e suporte

na agenda durante a feira, am-

pliando as chances de geração

de negócios.

Como se inscrever

As inscrições devem ser fei-

tas pelo site do programa:

<https://investsp.org.br/sp-connection/>

Prazo de inscrição: 28/1 a 9/2

Divulgação dos seleciona-

dos: 13/2 (Governo de SP)

Portal Trampolim recebe inscrições para 2,7 mil vagas em cursos profissionalizantes gratuitos até esta quinta (5)

O Governo do Estado de São Paulo está com inscrições abertas para 2.712 vagas para cursos presenciais e gratuitos. Os interessados devem se inscrever pelo Portal Trampolim até esta quinta (5), alerta a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). As aulas são presenciais divididas em três turnos (matutino, vespertino e noturno) e serão promovidas por professores do Sest Senat.

As vagas estão distribuídas entre duas modalidades: Novo Emprego, voltado a jovens e adultos entre 25 e 59 anos que desejam se qualificar em uma nova área ou iniciar uma nova carreira; e Meu Primeiro Emprego, direcionado a jovens de 16 a 24 anos que buscam a sua primeira oportunidade no mercado de trabalho.

A escola dos cursos foi realiza-

da após análises das demandas de mercado em todo o terri-

tório estadual. O objetivo é fazer a conexão entre aprendizado e empregabilidade, oferecendo treinamento em segmentos em que há vagas abertas.

Como se inscrever

Basta acessar o www.trampolim.sp.gov.br, fazer o login na sua conta gov.br e escolher o curso desejado. Podem participar candidatos alfabetizados, domiciliados no estado de São Paulo e com idade compatível com a modalidade escolhida.

Caso o número de inscritos ultrapasse o número de vagas, serão priorizadas pessoas menores de idade, com deficiência, desempregadas e com baixa renda.

Para ser convocado por e-mail, os inscritos deverão comparecer no endereço indicado para con-

firmar a matrícula a partir das 9h e 21 de fevereiro. As aulas têm previsão de início para 23 de fe-

vereiro. Para receber o certifica-

to, o aluno deve ter ao menos

75% de presença nas aulas do

curso. (Governo de SP)

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus" Romanos 12:2

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periódicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 30,00

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

Foto: Divulgação/Governo de SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br



Caso o número de inscritos ultrapasse o número de vagas, serão priorizadas pessoas menores de idade, com deficiência,

desempregadas e com baixa renda.

75% de presença nas aulas do

curso. (Governo de SP)

BC confirma corte da Selic em março, mas manterá juros restritivos

O Banco Central (BC) confirmou que começará a reduzir os juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em março. Entretanto, a autoridade não indicou a magnitude do corte e esclareceu que os juros continuariam em níveis restritivos.

As informações estão na ata da reunião do Copom da semana passada, divulgada na terça-feira (3). Na ocasião, o colegiado manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano, pela quinta vez seguida.

“Em ambiente de inflação menor e transmissão da política monetária [impacto da Selic para queda na inflação] mais evidentes, a estratégia envolve calibração do nível de juros. O Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta”, diz a ata.

“O compromisso com a meta impõe seriedade quanto ao ritmo e à magnitude do ciclo, que dependerão da evolução de fatores que permitem maior confiança no atingimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a condução da política monetária”, afirmou o BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o super-

ior, 4,5%. Para este ano, a previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - está em 3,99%, ou seja, dentro da meta.

A taxa Selic está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; issa causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

“O cenário atual, marcado por elevada incerteza, exige cautela na condução da política monetária. O Comitê avalia que a estratégia em curso tem se mostrado adequada para assegurar a convergência da inflação à meta”, diz a ata.

Resiliência

Segundo a autorquia, a manutenção dos juros ainda em níveis restritivos se deve à resiliência de alguns fatores que pressionam preços “tanto correntes quanto esperados”, em especial do dinamismo ainda observado no mercado de trabalho. Ainda assim, o BC acrescenta que a atividade econômica doméstica manteve trajetória de moderação no crescimento, operando acima do seu potencial de expansão sem pressionar a inflação.

“No período mais recente, a

taxa de desemprego tem se mantido em patamares historicamente baixos enquanto os rendimentos reais médios têm mantido a tendência de elevação acima do crescimento da produtividade de trabalho. O Comitê segue atento ao debate sobre as dimensões corrente e estrutural do mercado de trabalho, enfatizando a necessidade dessa análise para a avaliação dos padrões de transmissão dos níveis de ocupação para os rendimentos de trabalho e, finalmente, para os preços dos diversos setores da economia”, diz a ata.

“A moderização e a própria heterogeneidade das trajetórias de crescimento entre diferentes setores e mercados são compatíveis com a política monetária em curso. Mercados mais sensíveis às condições financeiras apresentam maior desaceleração, ao passo que mercados mais sensíveis à renda apresentam maior resiliência”, explicou o BC.

Para o mercado financeiro, de acordo com a última edição do boletim Focus, a Selic deve ser reduzida para 14,5% ao ano na próxima reunião do Copom, em março, e alcançar 12,25% ao ano até o final de 2026.

Cenários

Para o BC, o ambiente externo ainda se mantém incerto em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais. “Tal cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambi-

ente marcado por tensão geopolítica”, diz a ata.

Sobre o ambiente doméstico, a ata do Copom afirma que a saída das contas públicas também é fator determinante para o sucesso do controle da inflação. Segundo o BC, a política fiscal não apenas estimula a demanda no curto prazo, mas molda a confiança dos investidores na sustentabilidade da dívida brasileira.

O Copom enfatizou que uma política fiscal contracicática – aquela que ajuda a equilibrar a economia em momentos de euforia ou retração – é essencial para reduzir o “prêmio de risco”.

Quando o mercado percebe incerteza sobre o pagamento da dívida pública, exige juros mais altos para emprestar dinheiro ao país. “O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade. O Comitê manteve a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anticíclicas”, diz a ata. (Agência Brasil)

Produção de petróleo e gás no país cresce 13,3% em 2025 e bate recorde

A produção de petróleo e gás no país alcançou a marca de 4,897

milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) em 2025. O resultado é 13,3% superior ao do ano anterior e representa o maior volume já registrado no Brasil. O recorde anterior era 4,344 milhões boe/d, em 2023.

Os dados são da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador do setor, vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Boe é uma unidade de medida que padroniza o volume de gás natural e petróleo, convertendo o gás para o valor energético equivalente a um barril de petróleo bruto. Dessa forma, é possível somar a produção.

O desempenho recorde de 2025 confirma a indústria extrativa como um dos motores da indústria nacional. A produção da indústria brasileira cresceu 0,6% no ano passado, sendo que a indústria extrativa avançou 4,9%, conforme divulgou na terça-feira (3) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Record de gás e petróleo

A produção específica de petróleo alcançou recorde de 3.770

milhões de barris/dia no ano passado, 12,3% acima do ano anterior.

A produção de gás natural atingiu 179 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), também a maior já registrada, com alta de 17% na comparação com 2024.

Nova plataforma

A entrada em operação de plataformas de petróleo ajuda a explicar o salto de produção em

2025 na comparação com 2024. Foram quatro novas FPSO % sinalizada em inglês para unidade flutuante de produção, armazenagem e transferência de petróleo e gás % todas no pré-sal da Bacia de Santos.

Ao detalhar a origem da produção de petróleo e gás, a ANP identifica protagonismo dos campos de pré-sal e reservatórios perfurados a uma profundidade de 5 mil a 7 mil metros.

O pré-sal representa 79,63% da produção em óleo equivalente. O pós-sal responde por 15,45%; e os campos em terra, por 4,92%.

Por bacias, Santos é campeão de produção, com 77,79% de tudo o que é extraído do fundo do mar. Em segunda figura a bacia de Campos, com 19,67%. Ambos ficaram no litoral do Sudeste.

O Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo do país, com 87,8% do óleo retirado no ano passado. De 2024 para 2025, o Espírito Santo (5,12%) tirou de São Paulo a vice-liderança (4,89%).

Petrobras

Sediada no Rio de Janeiro, a Petrobras é a maior produtora de petróleo e gás do país. Em dezembro, os campos operados pela estatal % em consórcio com outras petrolíferas ou não % responderam por 90,03% da produção nacional.

Os campos em que a Petrobras opera sozinhas produziram 23,9% da produção nacional em dezembro. (Agência Brasil)

Programa do BNDES para renovação de frota de caminhão libera R\$ 1,3 bi

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) investiu, em janeiro, R\$ 1,3 bilhão para apoiar a aquisição de caminhões novos, mais eficientes e menos poluentes, por meio do programa BNDES Renovação da Frota.

A linha atendeu caminhoneiros autônomos, cooperados e empresas transportadoras rodoviárias de carga de 532 municípios, em todas as regiões do país.

No mês de janeiro, foram realizadas 1.152 operações, com um ticket médio de R\$ 1,1 milhão.

A linha de financiamento integra o Move Brasil, programa de mobilidade verde do governo federal. O programa tem disponíveis R\$ 10 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões em recursos do Tesouro Nacional e R\$ 4 bilhões em recursos captados pelo Banco a taxa de mercado, o que torna a troca da frota mais acessível aos clientes, com taxa de juros entre 13% e 14% ao ano.

“O programa está garantindo mais segurança nas estradas, reduzindo o impacto ao meio ambiente e dando um grande impulso à indústria nacional. Caminhoneiros, cooperados e empresas transportadoras têm agora condições mais competitivas para trocar veículos抗igos e mais poluentes por caminhões novos ou seminovos, mais seguros e eficientes”, afirma Aloizio Mercadante, presidente do BNDES.

Do total de recursos, R\$ 1 bilhão está reservado exclusivamente para transportadores autônomos e pessoas físicas ligadas a cooperativas. O prazo de pagamento é de até 60 meses, com carência de até 6 meses. O valor máximo do financiamento é de até R\$ 50 milhões por beneficiário.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, destaca que o programa apresenta um modelo acertado para renovação da frota, “melhorando a segurança dos nossos caminhoneiros, com foco na sustentabilidade e no fortalecimento da indústria nacional”.

Inmetro e ANP combatem fraudes em postos de combustíveis

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (ANP) iniciaram, na terça-feira (3), a Operação Tô de Olho - Abastecimento Seguro. A meta é fiscalizar fraudes “na qualidade e na quantidade” do combustível vendido por cerca de 180 postos.

A fiscalização ocorre em “cidades previamente selecionadas” localizadas no Distrito Federal e em oito estados situados em cinco regiões do país, segundo a ANP.

“As ações incluem a verificação do volume efetivamente entregue ao consumidor, condições de manipulação eletrônica e regularidade das manutenções realizadas, bem como a qualidade dos combustíveis”, detalhou o Inmetro.

Segundo as equipes de investigação, as fraudes ocorrem tanto por meio da adulteração de combustíveis, como de forma ele-

trônica, a partir da instalação de dispositivos clandestinos em equipamentos, de fazer a despejar no tanque quantidade inferior ao que foi registrado na bomba.

“A Portaria Inmetro nº 227/2022 estabelece tolerância máxima de 0,5%, o equivalente a 100 mil [mililitros] a cada 20 litros abastecidos”, esclareceu o instituto.

Se confirmadas as práticas criminosas, os postos serão autuados pela ANP, ficando sujeitos a multas de até R\$ 5 milhões, além da possibilidade de suspensão e revogação da autorização para funcionamento.

“No caso de autuação pelo Inmetro, os postos flagrados com irregularidades podem receber multas entre R\$ 100 e R\$ 1,5 milhão”, acrescentou o instituto ao lembrar que, nos casos de fraudes, as bombas devem ser substituídas; e que podem ser aplicadas também medidas como autuações, interdições e apreensão de equipamentos. (Agência Brasil)

Vendas de veículos novos caem 0,38% em janeiro, diz Fenabrade

As vendas de veículos novos no Brasil caíram 0,38% em janeiro, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Segundo balanço divulgado na terça-feira (3) pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade), que representa as concessionárias, em janeiro foram comercializadas 70,5 mil unidades de veículos, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. Em relação a dezembro, a queda foi de 38,96%.

Considerando-se o empacretoamento de todos os segmentos somados (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros veículos), o mercado de veículos começou o ano em trajetória positiva, com crescimento de 7,42% na comparação com o mesmo mês do ano passado, mesmo contando com um dia útil a menos. No total foram elencados 366.713 veículos.

Na comparação com dezembro de 2025 houve retração de

25,54%, considerada típica do primeiro mês do ano por causa do período de férias e do menor ritmo da atividade econômica.

Para o presidente da Fenabrade, Arcelio Junior, o desempenho do setor em janeiro demonstra a resiliência da demanda brasileira por veículos novos, embora o ambiente de crédito ainda permaneça enfrentando dificuldades em função das taxas de juros elevadas.

“O resultado confirma que o setor inicia 2026 com bases consistentes. Mesmo com menos dia útils na comparação anual, observamos crescimento real do mercado, o que demonstra manutenção da demanda”, disse, em nota.

Motocicletas

O melhor desempenho entre os veículos continua sendo observado no segmento de motocicletas, que apresentou crescimento de 17,49% em janeiro na comparação a janeiro do ano passado e queda de 7,57% em relação a dezembro. O crescimento

na comparação anual, informou a Fenabrade, se deve principalmente ao fato de que as motocicletas estão sendo procuradas para serviços de entrega e também como alternativa de mobilidade individual.

Outro fator que contribui para o aumento de vendas das motocicletas é a ampliação do uso do consórcio como modalidade de aquisição. “O segmento de motocicletas mantém trajetória consistente de expansão. Trata-se de um movimento ligado a mudanças no perfil de mobilidade e no comportamento do consumidor”, disse Arcelio Junior.

Caminhões

Já o mercado de caminhões iniciou o ano em retração de 34,67% (em relação a janeiro), ainda sem refletir o impacto do Programa Move Brasil, que oferece crédito para compra de caminhões pesados, com uma retomada nos empréstimos, principalmente, entre os caminhões pesados, que representam 45% do mercado”, disse Arcelio Junior.

Setores

No ano passado, a indústria apresentou crescimento em duas das quatro grandes categorias econômicas:

bens de consumo duráveis: 2,5%; bens intermediários (componentes ou produtos transformados usados para fabricar outros bens): 1,5%

bens de consumo semi e não duráveis: -1,7%

bens de capital (máquinas e equipamentos): -1,5%

“Afeta, por parte das famílias, as decisões em relação ao consumo”, aponta.

O gerente da pesquisa chama atenção também para a elevação dos níveis de inadimplência, uma vez que o juro alto deixa os empréstimos mais caros.

Um retrocesso em dezembro foi a produção de veículos automotores, que recuou 8,7% - maior pressão na passagem de novembro para dezembro. Ele indica que o último mês de 2025 teve maior presença de paralisações e férias coletivas nas fábricas.

Efeitos dos juros

De acordo com o gerente da pesquisa, André Macedo, o motivo para a indústria patinar no fim do ano é a política monetária restritiva, ou seja, o patamar elevado

de juros.

Preocupação com inflação

Em setembro de 2024, preo-

Camara aprova reajuste de servidores com impacto de R\$ 4,3 bi neste ano

BRB diz ter encontrado “achados relevantes” sobre caso do Banco Master

O Banco Regional do Brasil (BRB) informou na terça-feira (3) ter encontrado “achados relevantes” que poderão ajudar as autoridades nas investigações sobre o Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo BRB.

Por meio de nota divulgada na terça-feira (3), o banco público ligado ao governo do Distrito Federal explicou que esses achados constam da primeira etapa do relatório preliminar entregue pela auditoria contratada pelo banco, a fim de confirmar “eventuais atos ilícitos”.

Segundo o BRB, um relatório já foi entregue à PF, no dia 29 de janeiro, e ao Banco Central (BC), na segunda-feira (2).

“O BRB informa que vem adotando inúmeras medidas institucionais, administrativas, extrajudiciais e judiciais relacionadas a fundos de investimentos, garantias e carteiras de crédito, adquiridas pelo BRB, medidas estas que correm, parte emigridado, e que serão reforçadas por novas medidas, com a maior brevidade possível, para garantir a efetividade da preser-

vação dos interesses do Banco”, informou o banco.

Banco Master e Reag

A liquidiação do Banco Master foi decretada pelo BC em novembro de 2025. Já a gestão de investimentos Reag, na quinta-feira (15).

Os casos revelaram um dos episódios mais graves do sistema financeiro brasileiro, envolvendo suspeitas de fraudes bilionárias, uso de fundos de investimento para ocultar prejuízos e tentativas de socorro via banco público.

Controlado pelo banqueiro Daniel Vorcaro, o Master cresceu rapidamente a partir de certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rentabilidade muito acima da média do mercado.

Para sustentar o modelo, segundo investigadores, o banco passou a assumir riscos excessivos e a estruturar operações que inflavam artificialmente seu balanço, enquanto a liquidez real (dinheiro imediatamente disponível para resarcir os investidores) se deteriorava. (Agência Brasil)

Empresário é condenado a 22 anos de prisão por liderar garimpo na terra Yanomami

A Justiça Federal em Roraima condenou o empresário e garimpeiro Rodrigo Martins de Mello, conhecido como Rodrigo Cataratas, a 22 anos e 7 meses de prisão e mais o pagamento de R\$ 31.724.287,25 pela acusação de liderar uma organização criminosa para exploração ilegal de ouro na Terra Indígena Yanomami, obstrução de investigação e lavagem de dinheiro.

O juiz Vítor Oliveira Queiroz atendeu a denúncia do Ministério Público Federal na última quarta-feira (28) e também sentenciou o filho de Cataratas, Celso Rodrigo de Mello, a irmã, Bruna Martins de Mello, e Leonardo Kassio Arno, que também integra o grupo, mas com penas menores.

Procurada, a defesa de Cataratas (e que também representa seus familiares) diz que a condenação, ainda em primeira instância, tem contradições, ilegalidades e inconsistências, indica que irá recorrer e que os seus clientes respondem em liberdade.

“A defesa confia que a justiça será feita, ainda é só o começo da luta no Juizado para demonstrar de uma vez por todas, a inocência dos acusados”, afirma, em nota.

A defesa de Leonardo Arno afirmou que entrou com um embargo de declaração contra a decisão, alegando que ela descon siderou evidências que o desconfiam.

O garimpo ilegal de ouro na Terra Indígena Yanomami explodiu em 2019 a 2022, sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), que é apoiador da prática e hoje está preso por liderar a tentativa de golpe de Estado para reverter o resultado das eleições de 2022. Cataratas é um apoiador do ex-presidente.

Como revelou a Folha de S. Paulo, militares na região cobravam propina para permitir a atividade enquanto a gestão bolsonarista desmontou a estrutura da saúde no território e esvaziou a Funai (Fundação dos Povos Indígenas) - seu então presidente, Marcelo Xavier, foi condenado.

O garimpo ilegal causa desmatamento e também contamina a natureza com mercúrio, utilizando no processo de extração mineral.

O metal pesado se mistura na água, é ingerido por animais e chega também aos indígenas que vivem no território, e pode causar aborto em gestantes, deformidades nos fetos, deficiência cognitiva em crianças e alterações na visão, insônia, irritabilidade, tremores das extremidades e dími-

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (3) projetos de lei que promovem reajustes para servidores do Executivo, reestruturam carreiras do governo federal e estabelecem um novo instituto em Patos (PB), reduto eleitoral do presidente da Casa, o deputado Hugo Motta (Republicanos/PB), com impacto previsto de R\$ 4,3 bilhões para este ano.

Foram, ao todo, quatro projetos apensados em um só, após acordo entre Câmara e governo para acelerar a aprovação. Ao todo, o impacto orçamentário das propostas será de R\$ 11 bilhões. Os projetos foram aprovados em votação simbólica, sem contagem de votos, e agora vão ao Senado.

Segundo fontes do Ministério da Gestão, os valores de 2025, ano em que os projetos foram propostos na Câmara, valem para este ano. Um dos PLs também prevê uma redução de R\$ 8,1 bilhões em despesas.

Segundo fontes do Ministério da Gestão, os valores de 2025, ano em que os projetos foram propostos na Câmara, valem para este ano. Um dos PLs também prevê uma redução de R\$ 8,1 bilhões em despesas.

A criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano atende ao reduto eleitoral de Hugo Motta, em Patos (PB), fator que acelerou a aprovação dos textos. No plenário, Motta fez aceno ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela autoria do governo na proposta.

“Quero agradecer ao presidente Lula por esse projeto, como primeiro projeto enviado pelo Executivo em 2026.”

A cidade de Patos já contava com um campus do IFPB (Instituto Federal da Paraíba). Agora, o município terá uma sede com reitoria própria. Segundo o texto, haverá investimento de R\$ 10 milhões, inseridos nos critérios no Novo PAC, e de R\$ 2,9 milhões neste ano para despesas de funcionamento da nova reitoria.

Além do IF, outra proposta também foi aprovada, que promove reestruturação em carreiras do Executivo e reajustes para servidores, com uma série de mudanças em vários órgãos do governo

federal. O impacto previsto de R\$ 4,1 bilhões para este ano e de R\$ 5,6 bilhões em 2027 e 2028.

O projeto reajusta os salários das carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal e Auditoria Fiscal do Trabalho e médicos e veterinários do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação.

Além disso, criam cargos Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e novas vagas para a ANS (Agência Nacional de Saúde).

Também estão previstas no projeto gratificações específicas para cargos não enquadáveis na carreira de suporte e reconhecimento de saberes e competências (RSC) para servidores do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação.

Serão, ao todo, 9.587 cargos de professor para as instituições federais de ensino, além de 2.490 cargos para analistas de educação e 4.286 para técnicos.

O projeto estabeleceu ainda 750 cargos de nível superior na função de analista técnico de Desenvolvimento Socioeconômico e outros 750 cargos, também de nível superior, de analista técnico de Justiça e Defesa. (Folhapress)

Celpe-Bras 2026: prazo de adesão de postos aplicadores termina dia 16

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) prorrogou para 16 de fevereiro o prazo de adesão de postos interessados em aplicar as provas da primeira edição de 2026 do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).

O Celpe-Bras é o exame brasileiro oficial para certificação proficiência em português como língua estrangeira. A prova avalia a competência e o desempenho do falante no uso da língua, com um exame gramatical e

observação da comunicação de forma eficaz.

A solicitação de adesão ao Celpe-Bras 2026/1 deve ser realizada no Sistema Celpe-Bras pelos postos interessados.

São exemplos destes locais: instituições de educação superior, representações diplomáticas, missões consulares, centros e institutos culturais, bem como outras instituições interessadas na promoção e na difusão da língua portuguesa.

Na primeira edição do ano passado, o exame foi realizado em 33 países, distribuído em 46 pos-

tos no Brasil e 64 no exterior.

A parte escrita da prova do Celpe-Bras deve ser realizada em até três horas e é composta por quatro tarefas de produção textual que abrangem mais de um componente ou habilidade de uso da língua portuguesa.

Já a parte oral consiste em uma interação presencial, face a face, entre o participante, o avaliador-interlocutor e o avaliador-observador, com duração de 20 minutos.

A proficiência é avaliada a partir do desempenho do participante nas duas partes.

Celpe-Bras

O Celpe-Bras é aceito em universidades para ingresso em cursos de graduação e em programas de pós-graduação e, também, por empresas brasileiras. O exame ainda é admitido em processos de validação de diplomas de profissionais estrangeiros que pretendem trabalhar no país.

O prazo de validade do exame e o nível de fluência na língua portuguesa exigido para determinada função são determinados pelas instituições que o exigem. (Agência Brasil)

Agro diz que acordo Mercosul-UE não está maduro e articula reciprocidade às salvaguardas

Representantes do agronegócio criticam as salvaguardas do acordo do Mercosul com a União Europeia (UE) e defendem a criação de garantias, por meio do Congresso Nacional, também para os produtos brasileiros, em resposta às medidas protetivas aplicadas por países europeus.

O tratado foi assinado pelos dois blocos após mais de duas décadas de negociações, mas precisou ser referendado por parlamentares em ambos os lados.

“Não acho que estamos munidos para votar isto logo após o Carnaval, como estão falando por aí”, disse o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o deputado Pedro Lupion (PP-PR), na terça-feira (3).

A bancada ruralista se reuniu com representantes do setor para articular este movimento.

Entre as medidas discutidas estão regulamentar a Lei da Reciprocidade, que estabelece a proteção contra os países que aplicarem ações unilaterais contra produtos brasileiros, a criação de um “marco legal sobre salvaguardas bilaterais no Brasil” e uma resolução da Caxem (Câmara de Comércio Exterior).

“O texto do acordo é bom”, disse Lupion. “Temos que vencer o empecilho que foi colocado no meio da tramitação, com as salvaguardas europeias são cláusulas que não fazem par-

te do texto principal do tratado, mas funcionam como regras parciais.

Portanto, negociadores do lado latino-americano entendem que, da mesma forma, podem discutir a criação de regras de proteção comercial para fazer contraponto às impostas pela UE.

Em documento apresentado aos deputados e senadores, a CNA defendeu que os benefícios do acordo podem ser “amplamente corridos” pelas salvaguardas.

A CNA afirma que quedas ou altas superiores a 5% são prejudiciais, devido a clima, safra, logística e câmbio, e apontou que 45% das linhas tarifárias (um total de 415 produtos) tiveram variação superior a essa métrica, na variação entre 2024 e 2025.

A importação de milho pela União Europeia, por exemplo, cresce 94% de um ano para o outro, segundo o documento - a salvaguarda do acordo, porém, mede a média dos últimos três anos.

Esse é o principal ponto criticado pelos ruralistas brasileiros. Segundo um estudo da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), as duas variações são comuns no mercado entre os blocos e, portanto, esses ganhos seriam acionados quase que automaticamente.

As salvaguardas europeias são cláusulas que não fazem par-

te do texto principal do tratado, mas funcionam como regras parciais.

Motta ainda precisa nomear um relator para elaborar o parecer sobre a proposta, mas de toda forma, a principal proposta do agronegócio é rebater as salvaguardas europeias por meio de outros textos, que correm paralelamente, em especial a lei de reciprocidade.

Desta forma, seria possível, por exemplo, imprimir punições à Europa caso o Brasil fosse alvo de sanções.

Já em dezembro do último ano, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que o Mercosul fará um pacote de salvaguardas comerciais para contrapor aquelas estipuladas pela União Europeia.

Para o deputado Tião Medeiros (PP-PR), isso mostra que os termos precisam ser revistos. “Não podemos crescer mais de 5%. Para que serve um acordo desses?”, questionou.

O texto do acordo precisa ser aprovado pelo Congresso brasileiro, mas, segundo Lupion, o tratado comercial já pode ser implementado caso um dos países membros do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai, além do Brasil) o ratifique. (Folhapress)

Anvisa proíbe venda de leite condensado e dois suplementos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, na segunda-feira (2), a interdição cautelar do leite condensado semidesnatado La Vaquita e os suplementos Glicox e Durasil.

O leite condensado foi reprovado no teste microbiológico E. coli, apesar de apresentar resultados positivos para a agência.

As quantidades de bactérias Staphylococcus aureus em alimentos, bebidas e embalagens, que, em níveis elevados, podem causar intoxicações alimentares e outras doenças.

A Anvisa atribuiu o leite condensado La Vaquita à empresa Apti Alimentos, porém, a alimentícia afirmou, em nota oficial, que o produto não faz parte do seu portfólio e que foi associado de maneira errônea pela agência

segundo a Anvisa, tais benefícios não apresentam comprovação científica.

Já o suplemento em gotas da marca Durasil promete aliviar dores e melhorar a função erétil. O produto também tem o fabricante desconhecido. Apesar das irregularidades, plataformas de vendas online como Shopee e Mercado Livre continuam a distribuir o suplemento. (Agência Brasil)

Saúde anuncia 3 mil vagas de residência e 900 para especialistas

Governo deve enviar projeto para acabar com escala 6x1, diz líder

O governo deve enviar ao Congresso Nacional, logo depois do carnaval, um projeto de lei com urgência constitucional para acabar com a escala de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1), confirmou na terça-feira (3) o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ).

"Qual a vantagem disso? [PL com urgência constitucional]. É que tem que ser votado na Câmara em 45 dias. Então, você pauta a Câmara e o país. Esse é um debate central, é uma prioridade do presidente Lula", destacou o parlamentar.

Na mensagem enviada ao Congresso na abertura dos trabalhos legislativos, nessa segunda-feira (2), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu o fim da escala 6x1 sem redução salarial.

"Não é justo que uma pessoa trabalhe duro toda a semana e tenha apenas um dia para descansar o corpo e a mente e curtir a família", disse o presidente.

No final do ano passado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou o fim da escala 6x1, e o texto estará pronto para ser votado no plenário da Casa. A Câmara também discute o tema.

Apesar dessas iniciativas em tramitação no Legislativo, o líder do PT Lindbergh Farias argumentou que um projeto enviado pelo governo com urgência constitucional tem mais força para ser aprovado no Parlamento com mais rapidez.

"Se a gente ficasse esperando, porque na Câmara está na Comissão do Trabalho, é um processo muito longo, você passa por várias comissões. Esse é um debate que a sociedade exige que seja tratado

como prioridade", afirmou.

Lindbergh reconheceu que o tema tem rejeição das entidades patronais, mas acredita que é possível vencer as resistências à redução da jornada.

"Quando a escravidão foi abolida, as pessoas diziam que isso ia ser uma catástrofe. Quando criaram o salário mínimo, diziam que isso ia desempregar muita gente. Quando criaram o décimo terceiro também, sempre foi isso. Vários países do mundo já estão adaptados, não trabalham com escala 6x1. Aqui vários setores da economia também", argumentou.

O líder do PT disse ainda que o partido vai apoiar a criação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para investigar operações irregulares do Banco Master, que teve vendido títulos fraudulentos para arrecadar recursos no mercado financeiro.

Segundo Lindbergh, o partido vai apoiar a proposta de CPI do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e de comissões parlamentares mista de inquérito (CPMI) apresentada por Heloisa Helena (PSOL-RJ) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS), mas não deve apoiar a proposta do PL.

"Não vamos entrar na defensiva num assunto que é o nosso governo que está apurando, que tem o objetivo de esclarecer tudo e eu tenho certeza que muita coisa vai aparecer. O que a gente não vai é assumir a CPI do PL, inclusive que a CPMI que eles apresentam tem um objeto distorcido.

Não é para analisar as fraudes bancárias do Master, eles temem tornar politizada", finalizou. (Agência Brasil)

O Ministério da Saúde lançou na terça-feira (3) edital para a oferta de 3 mil vagas de residência médica. Com a contratação, o governo federal passa a responder por mais de 60% do total de residentes no país, o equivalente a 35 mil profissionais. O investimento, segundo a pasta, será de R\$ 3 bilhões.

Em nota, o ministério informou que as bolsas financiadas pelo governo federal serão voltadas para áreas classificadas como prioritárias dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). A estratégia, segundo a pasta, consiste em ampliar a oferta e a distribuição desses profissionais no país.

"Com essa política, que integra o programa Agora Tem Especialistas, a pasta foi responsável, em conjunto com o Ministério da Educação, pela criação de 806 novos programas de residência médica, impactando na ampliação da formação de médicos especialistas no país", informa o ministério.



Dados do Ministério da Saúde mostram que, ao longo do último ano, houve um crescimento de cerca de 15% no número de vagas em cirurgia oncológica e em neurologia pediátrica. Em oftalmologia, o crescimento foi de 14% e em radioterapia, de 10%.

Especialistas

A pasta lançou ainda edital que prevê a seleção de 900 médicos especialistas, distribuídos em 16 especialidades prioritárias,

como anestesiologia, cirurgia geral, radiologia, mastologia, ginecologia e oncologia clínica. O foco de atuação dos profissionais serão regiões remotas, de alta demanda e maior vulnerabilidade social.

"Atualmente, são 583 médicos especialistas atuando no programa em todas as regiões do país e, com o novo edital, a expectativa é chegar a 1.500 profissionais. A maior parte atua no interior (48,7%) e nas regiões me-

tropolitanas (34%)", informou a pasta.

Em coletiva de imprensa, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou que não se tratam de ações isoladas, mas de uma série de políticas voltadas para a formação profissional em saúde, em parceria com o Ministério da Educação.

"Estamos enfrentando dois grandes desafios no Sistema Único de Saúde do nosso país hoje. O primeiro é a própria formação profissional, em especial, dos profissionais de ensino superior em saúde, a formação especializada. Tanto a especialização, a residência médica, quanto a formação multiprofissional", explicou.

"A gente não faz sistema de saúde sem bons profissionais formados, sem qualificação permanente desses profissionais. E sem as nossas instituições formadoras se abrirem para isso", disse Padilha. (Agência Brasil)

Comissão do Senado vai votar mudança em lei para BC fiscalizar fundos, diz Renan Calheiros

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) disse na terça-feira (3) que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovará alterações legislativas que ampliam o escopo regulatório do Banco Central, para que a autoridade monetária possa fiscalizar fundos. Hoje, esse monitoramento cabe à CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

O governo também vem discutindo um projeto para ampliar o poder de fiscalização do BC no mercado de capitais na esteira das investigações envolvendo o Banco Master. A suspeita é que a instituição criou uma intrincada rede fraudulenta usando fundos de investimentos.

Fernando Haddad, ministro da Fazenda, vai propor ao presidente do Banco Central, Gabriel Galvão, a realização de uma consulta pública sobre o assunto.

Antes, Renan vai se encontrar com o presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), ministro Vital do Rêgo. O senador quer acesso aos documentos da inspeção no BC sobre a liquidação do Master. Durante reunião de CAE nesta terça, Renan disse que

Nesta terça, Renan afirmou que a proposta para mexer nas competências do BC deve ser elaborada ao fim dos trabalhos da subcomissão criada para acompanhar as investigações do caso Master, cujo plano de trabalho ele apresentaria nesta quarta (4).

"É desfecho da subcomissão.

Essa coisa de fiscalização, qual deve ser o papel da CVM. Tem muita coisa solta aí. Essas consultorias estavam [as contas do Banco Master]", disse, referindo-se às empresas de auditoria que, segundo o relatório do site Poder360, aprovaram as contas do Master.

Antes, Renan vai se encontrar com o presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), ministro Vital do Rêgo. O senador quer acesso aos documentos da inspeção no BC sobre a liquidação do Master. Durante reunião de CAE nesta terça, Renan disse que

servidores da corte de contas têm sido chantagistas para "liquidar a liquidação".

O TCU, por determinação do ministro Jhonatan de Jesus, abriu uma apuração da conduta do BC no procedimento do Master. Na segunda (2), o senador Venerzio Vital do Rêgo (MDB-PB) apresentou um pedido para que Gabriel Galvão, presidente do Banco Central, seja convidado a "prestar informações sobre a atuação da autoridade monetária na liquidação do Banco Master".

Renan não deve colocar o convite em votação. Segundo ele, a subcomissão precisa receber informações das apurações anteriores de decidir quem será ouvidor.

O senador já decidiu, entretanto, sobre quais perguntas devem ser feitas. Uma delas, segundo Renan, é por que o Banco Central só iniciou recentemente

uma apuração interna sobre o caso Master. Outra é se a liquidação do banco não deveria ter sido feita antes.

Renan Calheiros também disse que a subcomissão quer saber quem levou o dono do Master, o ex-banqueiro Daniel Vorcra e seu sócio Augusto Lima para encontrar Lula. Também estão na lista de questões os movimentos políticos para votar a lei que permitiu ao Congresso a demissão de diretores do Banco Central.

"Essa fraude ficou tão adiante porque teve apoio político", disse o presidente da CAE.

Por enquanto, Renan não considera se encontrar com o ministro Dias Toffoli, relator do processo do Master no STF (Supremo Tribunal Federal), mas quer encontrar o ministro Edson Fachin, presidente da corte. (Folhapress)

STM recebe pedido de perda de patente de Bolsonaro e mais 4 oficiais

O Superior Tribunal Militar (STM) recebeu na terça-feira (3) pedido do Ministério Público Militar (MPM) para que o ex-presidente Jair Bolsonaro, três generais do Exército e um almirante da Marinha sejam expulsos das Forças Armadas em função da condenação na ação penal da trama golpista.

O MPM entrou com ações de perda do oficialato contra Bolsonaro, que é capitão da reserva do Exército, os generais da reserva Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira, Braga Netto e o almirante Almir Garnier. Todos foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a pena de prisão de 19 a 27 anos de prisão.

Se a perda das patentes for decretada pelo STM, o salário que Bolsonaro e os demais militares recebem será repassado para a esposa ou filhas em forma de pensão. O benefício é conhecido como "morte ficta" e está previsto na legislação das Forças Armadas desde 1960.

O tribunal militar é composto

gados das condenações, ou seja, reconhecer o fim da possibilidade de recorrer e determinar a prisão do ex-presidente e dos demais condenados.

De acordo com a Constituição, o oficial das Forças Armadas pode ser expulso no caso de condenação criminal superior a dois anos de prisão. No caso do processo da trama golpista, as penas de Bolsonaro e os demais acusados variaram entre 19 e 27 anos de prisão.

Se a perda das patentes for decretada pelo STM, o salário que Bolsonaro e os demais militares recebem será repassado para a esposa ou filhas em forma de pensão. O benefício é conhecido como "morte ficta" e está previsto na legislação das Forças Armadas desde 1960.

O tribunal militar é composto

por 15 ministros, sendo cinco civis e dez militares, cujas cadeiras estão distribuídas entre quatro vagas destinadas ao Exército, três à Marinha e três à Aeronáutica.

Relatores

Após o MPM protocolar as ações, o tribunal definiu eletronicamente os relatores dos processos. A ação contra Bolsonaro será relatada por um ministro oriundo da Aeronáutica. O processo contra o general Braga será relatado por um ministro da cadeira do Exército.

Bolsonaro: ministro Carlos Vuy Aquino (Aeronáutica);

Almirante Garnier: ministra

Veronica Steiman (Civil);

General Paulo Sergio Nogueira:

ministro Barroso Filho (Cível);

General Heleno: ministro Cel-

so Luiz Nazareth (Marinha);

General Braga Neto: ministro Flávio Marcus Lancia (Exército).

Julgamento

Em coletiva de imprensa, a presidente do STM, ministra Maria Elisabeth Rocha, explicou que o tribunal não tem prazo legal para julgar as ações.

A presidente disse que vai pausar os processos para julgamento imediatamente após os relatores liberarem os casos para julgamento. De acordo com as regras internas do STM, a presidente só vota em caso de empate e sempre a favor do reú nas ações de perda do oficialato.

"Não pretendo procrastinar o julgamento de questões tão relevantes que são submetidas à apreciação dessa Corte", afirmou. (Agência Brasil)

Prefeitura de SP reabre programa que dá até 95% de desconto em juros para quitação de débitos da Dívida Ativa

A Prefeitura de São Paulo reabriu o Programa #FiqueEmDíia, que concede descontos de até 95% nos juros e multas para contribuintes que quitarem a vista seus débitos inscritos em Dívida Ativa do município.

Os contribuintes interessados poderão aderir ao programa até 30 de junho de 2026.

O Fique em Díia oferece condições especiais para a regularização de dívidas, com diferentes modalidades de pagamento e descontos aplicáveis conforme o perfil do débito, seguindo os critérios estabelecidos no edital vigente do programa.

Compare as condições do contrato atual com a nova oferta, incluindo prazo, valor das parcelas e custo total;

Baixe e leia o contrato, se desejar, antes de tomar a decisão;

ACEITE A PROPOSTA E ASSINE DIGITALMENTE, USANDO O MÉTODO ADOTADO PELA INSTITUIÇÃO (TOKEN, SMS, BIOMETRIA, ENTRE OUTROS);

Agarde a conclusão, que pode levar até cinco dias úteis, trás dias para eventual contraproposta do banco original e dois dias para liquidação. (Agência Brasil)

busca ampliar novamente as oportunidades para que pessoas físicas e jurídicas regularizem sua situação junto ao município, ao mesmo tempo em que fortalece a recuperação de créditos públicos de forma negocial.

Os interessados em aderir ao programa devem acessar a plataforma https://fiqueemdida.prefeitura.sp.gov.br/, onde é possível consultar os débitos e similar as condições de pagamento.

Quem pode aderir

Podem participar pessoas físicas e jurídicas com débitos inscritos em Dívida Ativa referentes a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024.

Entre os débitos elegíveis estão IPTU, ISS, ITBI, TPU, Taxas, além de multas tributárias e de postura.

Débitos não incluídos

Não podem ser incluídas dívidas cuja arrecadação seja vinculada a fundos ou órgãos específicos, multas ambientais, de trânsito, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Município, atos de improbidade administrativa, responsabilização da pessoa jurídica (Lei 12.846/13), ISS do Simples Nacional e dívidas em parcelamentos ativos (PPI, PRD e PAT), exceto aquelas sem desconto em andamento na Dívida Ativa. (Prefeitura de SP)